

A pesquisa versa sobre a Regulação Econômica e as Agências de Regulação, instrumento escolhido para o cumprimento dessa atividade no Brasil. Inicialmente, aborda-se o histórico da crise do Estado de Bem-Estar Social e a retirada do Estado das atividades econômicas, enfocando-se a Reforma Administrativa e Constitucional, a privatização e a concessão dos serviços públicos. Tendo como objeto perquirir o papel desses novos entes administrativos - as Agências de Regulação, inspiradas, em regra, no direito estadunidense - à luz da macro e microeconomia, visando explicitar o conteúdo e âmbito da atividade de regulação. Para este fim a investigação descreve as agências já em operação nas áreas de Energia Elétrica, Telecomunicações, Petróleo, entre outras - inclusive em nível estadual -, considera as em criação, todas no seu marco legal, e analisa os limites legais das cláusulas contratuais que delimitam a regulação dos preços. Os resultados preliminares apontam para o papel eminentemente econômico, a necessária independência em relação aos envolvidos e interessados, a transparência - que não tem sido verificada - dos fatores considerados para a regulação. Conclui-se provisoriamente que o ineditismo e a falta de cultura legislativa tem contribuído para reforçar a desconfiança em torno de todo o processo.